



ISSN 1984-5634

AS COMUNIDADES GUARANI-MISSIONEIRAS NOS CONFLITOS DE INDEPENDÊNCIA DO ESPAÇO DO RIO DA PRATA (1810-1821)¹

The guarani communities in the independence conflicts in the space of Rio da Prata (1810-1821)

FELIPE SCHULZ PRAIA²

RESUMO

Vinculando-se à perspectiva da Nova História Indígena, este artigo destina-se, primeiramente, a evidenciar a importante posição que ocupavam os indígenas frente aos conflitos de independência que se desenvolveram na região do Rio da Prata, a partir do ano de 1810. Aos primeiros sinais de confrontos, as autoridades envolvidas se preocuparam em angariar o apoio desses indivíduos, lançando mão de escritos redigidos em “línguas naturais” (como quéchua, aimara e guarani), de expedições e ofertando benesses e acesso a recursos e cargos antes não destinados aos indígenas. Em segundo lugar, trato de demonstrar através da documentação o papel ativo cumprido pelos indígenas na circulação de ideias e princípios revolucionários num espaço de fronteira como o das antigas missões guarani-jesuíticas. Nesse sentido, defendo que estes atuaram também como “intérpretes”, facilitando o diálogo dos ideais de modernidade política com as comunidades indígenas. As fontes consultadas são correspondências entre autoridades militares e políticas e relatos de viajantes.

PALAVRAS-CHAVE: Rio da Prata; guaranis; independência na América do Sul.

ABSTRACT

Linking to the perspective of “Nova História Indígena”, this article seeks, firstly, to demonstrate the important position occupied by the indigenous people in the conflicts that occurred in the region of Rio da Prata, from the year 1810 onwards. At the first signs of conflict, the authorities involved were concerned about obtaining the support of these subjects, using written communications in “native languages” (quéchua, aimara and guarani), expeditions and offering benefits and access to resources and positions previously not intended for indigenous people. Secondly, the article tries to demonstrate, through the documentation the active role played by the indigenous in the circulation of revolutionary ideas and principles in a frontier space such as former guarani-jesuit missions. In this sense, I argue that they also acted as “interpreters”, facilitating the dialogue of the ideals of political modernity with the indigenous communities. The documentation consulted are letters between military and political authorities, as well as reports from travelers.

KEYWORDS: Rio da Prata; guaranis; independence in South America.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 28/07/2023

ACEITO: 29/11/2023

COMO CITAR:

PRAIA, F. S. As comunidades guarani-missioneiras nos conflitos de independência do espaço do Rio da Prata (1810-1821). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 40-62, dez.-mar. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos>

¹ Esse artigo é baseado nas conclusões presentes em minha dissertação de mestrado. Ver: PRAIA, Felipe S. “*Para que cada pueblo se gobierne por si*”: modernidade política e atores indígenas na região do Rio da Prata (1810-1821). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

² Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3182-0944>. E-mail: felipe_praia@yahoo.com.br

O objetivo desse artigo é, em primeiro lugar, evidenciar a importante posição que ocupavam os indígenas frente aos conflitos que se desenvolveram na região do Prata, a partir do ano de 1810. Como será possível observar, aos primeiros sinais de confrontos, as autoridades se preocuparam em angariar o apoio desses indivíduos, oferecendo benesses e possibilidades de acesso a recursos e cargos antes não destinados a eles. A existência de escritos e apelos formulados pelas autoridades máximas envolvidas nas batalhas e redigidos em “línguas naturais” (como quéchua, aimará e guarani), bem como a montagem de expedições com o objetivo de conseguir apoio, demonstram a intenção de contar com o maior número de braços indígenas possível nessa conjuntura de guerra. Em segundo lugar, com a intenção de ressaltar a agência desses sujeitos no processo histórico, procuro demonstrar o papel ativo cumprido por eles na circulação de ideias e princípios revolucionários nesses ambientes, pois é necessário conhecer a via pela qual eles acessaram esses ideais.

Nesse sentido, procuro mostrar a atuação de alguns indígenas “invisíveis”³ nas fontes, que, para além do exercício da função de soldados na guerra, era marcada por atribuições como de espias e de emissários. Esses indivíduos cumpriram um papel relevante ao funcionarem também como “intérpretes”, facilitando o diálogo dos ideais de modernidade política⁴ com as comunidades indígenas. Para isso, é inevitável compreender a provisoriedade dos eventos e dos sentidos numa conjuntura de crise, como a que caracteriza o período e, ao mesmo tempo, ter a consciência de que se lida com um espaço de fronteira, marcado por um forte dinamismo e por conexões diversas, em que o trânsito de ideias e indivíduos é constante (BOCCARA, 2003).

Essa dinâmica fez com que historiadores que estudam localidades limítrofes, tenham repensado o conceito de “fronteira” apresentado por uma historiografia de viés nacionalista⁵. Assim,

³ Ao optar pela utilização do termo “invisível”, a intenção é explicitar, em primeiro lugar, a ausência dos nomes próprios desses sujeitos na documentação, ao contrário do que acontece quando se tratam de indígenas que ocupavam posições de liderança (como nos casos de Domingo Manduré e Andrés Guacurari Artigas, que serão tratados mais adiante). Em segundo lugar, busco enfatizar a facilidade que esses indígenas encontravam em circular pela zona de fronteira, mesmo em um contexto de guerra, em que as atenções eram redobradas a movimentos de inimigos. Isso se dá em função de sua semelhança física com a maioria dos habitantes da região de traços guaranis e também ao fato de muitos desses indivíduos possuírem famílias em diversos povoados missioneiros, o que dificultava sua identificação e favorecia sua atuação como espias ou emissários. Caso optasse pelo termo “invisibilizado” o primeiro aspecto mencionado aqui estaria contemplado, porém a facilidade na circulação pelo ambiente missioneiro nesse contexto de conflitos não seria destacada.

⁴ O período entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX é marcado por uma série de reformas liberais tanto na Europa quanto na América, baseadas nos ideais advindos do chamado “pensamento ilustrado”, em que se valoriza – cada vez mais – a liberdade individual e o direito à propriedade, além de, ao menos do ponto de vista teórico, pretender estender a condição de “cidadãos” a outros grupos antes não reconhecidos como tais, o que terá impacto inclusive sobre as comunidades indígenas. Essas concepções irão influenciar os movimentos de independência na América como um todo.

⁵ A reelaboração do conceito de fronteira está diretamente influenciada por uma visão teórica que busca escrever a história dos impérios coloniais (especialmente o português e o espanhol) a partir de uma perspectiva transnacional, enfatizando a análise da construção de “redes atlânticas”. Essa abordagem explicita a porosidade e o hibridismo da realidade atlântica, além de valorizar a influência de diversas culturas na conformação da sociedade colonial (CAÑIZARES-ESGUERRA; BREEN, 2013).

antes vista como um espaço estático e de separação entre diferentes populações, a “fronteira” passa a ser reconhecida como uma zona em que impera um movimento populacional fluído, na qual as distintas relações estabelecidas podem levar à formação de identidades heterogêneas e de lealdades ambíguas (WILDE, 2009, p. 34). Um espaço mais de conexão do que de separação entre “diferentes mundos” (RATTO, 2005). Para os fins deste texto, essa perspectiva ajuda na compreensão da atuação dos indígenas “invisíveis” destacados acima.

Segundo John Monteiro, a historiografia produzida entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX⁶, legou também duas noções sobre esses sujeitos históricos que ainda podem ser observadas:

A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos: são, antes, domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos (...). A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como em vias de desaparecimento. (MONTEIRO, 2001, p. 4)

Ao mesmo tempo, são vistos ou como seres passivos e oprimidos (e muitas vezes como colaborador do homem branco) ou como resistentes, opondo-se às mudanças, negando totalmente o outro. São atribuídas características “intrínsecas” aos nativos, esvaziando sua capacidade de ação política e baseando-se na ideia de que sua cultura, ainda que possa ser moldada pela cultura do colonizador europeu, se mantém monolítica e sem alterar sua essência. Romper com essa visão essencialista implica abandonar também a noção que considera “as sociedades indígenas como sempre exteriores e radicalmente opostas à sociedade colonial e, posteriormente, nacional” (MONTEIRO, 1999, p. 241). Na realidade, tanto aquelas comunidades que se mantiveram mais avessas ao contato quanto aquelas que tiveram uma maior inserção no projeto de colonização precisaram “adotar novas formas de resistência, muitas vezes lançando mão de estratégias, retóricas e materiais buscados entre os europeus” (MONTEIRO, 1999, p. 242). Portanto, o historiador deve observar a rede de interações desses atores com a sociedade colonial e nacional, bem como os processos históricos que envolveram essas populações para compreender suas ações. O que se configura, nesse sentido, é a presença de uma “agência indígena”, na qual deve ser levado em conta como esses construíram sua identidade, como se relacionaram com o Estado e a sociedade colonial e baseado em que lógica definiam suas ações.

A documentação utilizada constitui-se de correspondências entre autoridades militares e políticas bem como de relatos de viajantes que estiveram presentes nesse espaço durante os anos

⁶ Essa produção historiográfica difunde uma visão – não só nos escritos acadêmicos, mas também em livros didáticos – sobre a formação dos Estados modernos europeus e a relação desses com seus domínios extracontinentais que tinham interesse no estudo de temas relativos a Estados centralizados, absolutistas e “nacionais” (BICALHO, 2007, p. 70). Durante esse período os Estados-nação estavam se fortalecendo juntamente com a ideia de pertencimento nacionalista e isso implicou uma retroprojeção desses ideais para os incipientes movimentos emancipatórios de fins do século XVIII e início do XIX, tendo como consequência uma perspectiva teleológica e anacrônica.

de 1810 e 1821. Ainda que constituam uma pequena parte da documentação analisada, é possível encontrar cartas escritas pelos próprios indígenas. No entanto, é necessário ressaltar que se trata de indivíduos letrados, em geral, na língua espanhola e na língua guarani e, em sua totalidade, oriundos das populações missioneiras, entre as quais a prática letrada já estava mais difundida. Essa documentação foi cruzada também com informações trazidas por Auguste Saint-Hilaire, naturalista francês que viajou pela região do Rio da Prata entre os anos de 1820 e 1821.

Em sua grande maioria, as fontes consultadas estão compiladas no *Archivo Artigas*, um compêndio de documentos relativos a José Artigas e ao movimento federalista liderado por este. Composto por trinta e seis tomos, editados entre 1950 e 2003, essa coleção traz, principalmente, correspondências entre autoridades políticas e militares (tanto artiguistas, quanto portenhas, espanholas e portuguesas) envolvidas neste confronto. Os documentos presentes na compilação foram buscados em acervos de diferentes países, como Argentina, Uruguai, Brasil, Portugal e Espanha⁷.

A BUSCA PELO APOIO INDÍGENA

O ano de 1808 foi marcado por importantes acontecimentos para as monarquias espanhola e portuguesa. Enquanto a Espanha assistia à destituição de seu rei Fernando VII e experimentava um período de “vazio no poder” em consequência da invasão das tropas napoleônicas, a Coroa portuguesa – para fugir do mesmo destino – buscava reestruturar-se em território americano, transferindo sua corte para o Brasil. Em função da não aceitação da nomeação de José Bonaparte como rei da Espanha, observa-se a formação de diversas juntas governativas baseando-se na noção de “retroversão da soberania”⁸.

No espaço do vice-reino do Rio da Prata (que abarcava, em parte ou inteiramente, os territórios dos atuais países Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai), inicia-se no ano de 1810 o conflito com as autoridades espanholas, num movimento encabeçado por Buenos Aires. Nesse sentido, de um lado o grupo dirigente dessa cidade propõe um projeto de Estado unitário e centralista, enquanto algumas províncias reclamam maior autonomia e igualdade de direitos. Ao longo dos conflitos, foi constituído o projeto federalista defendido por José Artigas – que inicialmente lutou ao lado das forças de Buenos Aires, rompendo com estas entre fins de 1811 e

⁷ Esse compilado está disponível em: <<http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/1007?offset=0>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁸ A noção de “soberania popular” está ligada à ideia de que “toda autoridad política es inherente a la comunidad” (QUIJADA, 2008, p. 34-35) e é esta última que a transfere a um governante por um ato de consentimento. Mónica Quijada trata de mostrar que essa transferência é entendida por alguns teóricos, já nos séculos XVI e XVII, como passível de ser revogada e retornar à própria comunidade, quando esta sentir-se prejudicada de alguma forma. É baseado nessa ideia que se formaram as juntas governativas durante esse período, em função do não reconhecimento de José Bonaparte como rei da Espanha.

início de 1812 – e que logra angariar o apoio de grande parte da campanha rural até ser derrotado em 1820, através de uma aliança entre portugueses e o governo portenho.

A constituição da Junta de Buenos Aires, em maio de 1810, levou seus idealizadores a buscar o apoio das mais distintas populações do antigo território do vice-reinado do Rio da Prata, entre as quais se encontravam as comunidades indígenas. A região missioneira demandava atenção especial, pois encontrava-se nesses primeiros momentos pressionada, por um lado, pelos revolucionários de Buenos Aires e, por outro, pelos defensores da monarquia espanhola no Paraguai. Além disso, é importante mencionar que esta zona era também marcada pela presença portuguesa nos povoados do lado oriental do Rio Uruguai.

As correspondências entre as autoridades lusitanas presentes na fronteira evidenciam a preocupação com o assédio dos revolucionários. Além da intenção da Coroa portuguesa de defender a manutenção do caráter absolutista de sua monarquia, a transferência da corte para o Brasil implicou a redescoberta das potencialidades da colônia⁹, tendo como consequência a renovação do interesse de expansão territorial, em que a Banda Oriental se tornava, por sua importante posição comercial, um dos principais alvos dessa política. Nesse contexto, era indispensável para os lusitanos não só contar com o apoio de indígenas do “País das Missões”¹⁰, como também mirar a conquista de outros povoados missioneiros que estavam sob jurisdição tanto de Buenos Aires, como do Paraguai.

Dessa forma, já nos primeiros anos de conflito é possível notar, através da documentação, o impacto dessa conjuntura para as populações que habitavam a região missioneira. Em junho de 1810, os corregedores e caciques principais da jurisdição missioneira pertencente a Buenos Aires foram convocados pelo governador interino das Missões, Tomás de Rocamora¹¹, para reconhecer a instauração do novo governo. A cerimônia tinha como objetivo garantir a influência portenha frente aos realistas paraguaios. Assim, em setembro do mesmo ano, Rocamora proclama a separação das Missões do governo de Assunção, bem como começa a organização de milícias de guaranis nos

⁹ Por outro lado, se tinha consciência de que essa mudança significava o fim do Brasil como colônia portuguesa, processo que culmina com a elevação deste a reino unido em 1815. Assim, ainda que a intenção fosse de defender a monarquia absolutista e impedir a influência dos ideais revolucionários, as respostas encontradas para isso implicaram grandes mudanças que tiveram forte repercussão, principalmente, no Brasil (SCHIAVINATTO, 2009).

¹⁰ A expressão “País das Missões” aparece nas correspondências trocadas entre autoridades lusitanas para referir-se ao espaço dos sete povoados missioneiros que estavam sob domínio português. Importante frisar que a utilização do termo “país” nessa época não tem relação com a ideia de “nação” ou de “nacionalidade”, como atualmente. No contexto de início do século XIX, esse termo estava relacionado, de modo geral, a uma localidade específica, que podia ter dimensões territoriais variadas.

¹¹ Em princípios de 1810, Tomás de Rocamora havia sido nomeado, pelo vice-rei Cisneros, como Comandante de Armas das Missões, dividindo com Bernardo de Velazco a responsabilidade de governar os trinta povos missioneiros. Quando da eclosão da “Revolución de Mayo” em Buenos Aires, Rocamora declara apoio à Junta e é nomeado governador interino das Missões pela mesma (MAEDER, 1992).

povoados¹². Em outubro, Manuel Belgrano dirige-se ao Paraguai e à Banda Oriental com a intenção de assegurar a adesão das províncias missioneira e *correntina* através do sufocamento de insurgentes realistas.

Em meio aos combates travados com as autoridades paraguaias, Belgrano redige o *Reglamento para Régimen Político y Administrativo de los Pueblos de Misiones* no ano de 1810, que foi traduzido para a língua guarani e publicado nos *cabildos*¹³ que compunham o território missioneiro. Esse e outros documentos denotam a tentativa de pôr em prática algumas noções que o governo da Junta de Buenos Aires tinha em relação às populações indígenas. Dessa forma, essas seriam incluídas no novo projeto político em condição de igualdade aos “espanhóis nascidos na América”. A intenção era a de criação de uma homogeneidade política e cultural, em que os indígenas seriam designados como “americanos”, a partir da ideia de que, assim como outros habitantes do território do Rio da Prata, eram “nascidos da terra”. Ainda que o intuito de dissolver a distinção entre índios e *criollos*¹⁴ não fosse nenhuma novidade – estando presente em diversos textos e resultando em algumas aplicações já no final do século XVIII¹⁵ – a tentativa de botar em prática este ideal gerou importantes alterações para os indígenas.

Entre essas mudanças, encontram-se: a condição de unidade autônoma dos trinta povos das Missões, independentes de Buenos Aires e do Paraguai – algo que, como informa Ernesto Maeder, durou pouco, pois em outubro de 1811 os governos de Buenos Aires e Assunção assinam um tratado que divide novamente os povos missioneiros entre duas jurisdições¹⁶ (MAEDER, 1992); a organização interna sendo regida pelo *cabildo* e pelas autoridades designadas, que teriam o direito de eleger um deputado (este devia, obrigatoriamente, falar a língua castelhana) para assistir ao “congresso nacional”; e a concessão de existência legal a povoados que anteriormente encontravam-

¹² Ainda que tenha optado por utilizar o termo “guarani”, em certas passagens do texto, para designar os habitantes das antigas missões, é importante mencionar que nem todos os indígenas que viviam neste espaço eram guaranis. Os trabalhos de Diego Bracco (BRACCO, 2004) e de César Castro Pereira (PEREIRA, 2012) expuseram as diversas interações ocorridas entre indígenas denominados “infieis” (em especial charruas e guenoa-minuanos) e guaranis missioneiros durante o século XVIII. Essa interação resultava, muitas vezes, tanto na presença de “infieis” dentro do território missioneiro (onde alguns chegavam a morar, mesmo que temporariamente), como também no movimento contrário (em que guaranis se incorporavam aos “infieis” e adotavam seu modo de vida).

¹³ Os *cabildos* eram os órgãos que davam representatividade política local na América Espanhola. Nos territórios missioneiros, os principais cargos desse órgão eram compostos por lideranças indígenas, o que se manteve mesmo após a expulsão dos jesuítas das colônias espanholas no ano de 1767.

¹⁴ No contexto da América espanhola colonial, esse termo era utilizado para identificar os filhos de europeus nascidos no continente americano. Grande parte daqueles que dão início aos processos de independência na América espanhola, durante o século XIX, pertenciam a essa categoria.

¹⁵ Um exemplo claro desse tipo de medidas é o decreto instituído, em 18 de fevereiro de 1800, pelo vice-rei Marquês de Avilés que liberou alguns indígenas do regime de comunidade. Esse regime, uma prática estabelecida ainda no período de presença jesuítica, previa a divisão do tempo de trabalho dos guaranis entre as atividades para a comunidade e as atividades em seus cultivos agrícolas pessoais. Ao isentar alguns índios dessa prática, a intenção era incentivar a participação mais ativa de missioneiros na vida econômica e comercial do Rio da Prata e se inscrevia numa política que buscava diluir a separação entre indígenas e espanhóis (BARRAL, 2010).

¹⁶ Dessa forma, os departamentos de Santiago e Candelaria ficavam sob jurisdição paraguaia, enquanto os departamentos de Concepción e Yapeyú eram submetidos à jurisdição de Buenos Aires (MAEDER, 1992).

se sujeitos à jurisdição missioneira e *correntina* (WILDE, 2009, p. 319-320). No entanto, a mudança de maior importância foi a consideração dos indígenas que declarassem apoio à Junta de Buenos Aires, como iguais aos outros “americanos”, o que implicou a habilitação desses ao exercício de cargos que antes não eram destinados a eles, como fica claro no quarto artigo do *Reglamento*:

4.º: Respecto a haberse declarado en todo iguales a los Españoles que hemos tenido la gloria de nacer en suelo de América, les habilito para todos los empleos civiles, militares y eclesiásticos, debiendo recaer en ellos como en nosotros los empleados del gobierno, Milicia y Administración de sus Pueblos (BELGRANO [1810], 2019, p. 325).

A medida impactou a posição destinada aos indígenas dentro de uma hierarquia social típica de Antigo Regime. Esse modelo baseava-se numa noção de “ordem”, da qual os sujeitos sociais tinham consciência, e estabelecia relações mútuas entre os indivíduos, calcadas em dívidas recíprocas e que definiam a posição de cada um deles na hierarquia social que se constituiu (HESPANHA, 2010). Nesse tipo de arranjo, os “índios” eram destinados a trabalhar tanto para o Estado e para os colonos particulares, quanto para si mesmos (no caso das populações missioneiras, pode-se dizer também, que tinham o dever de defender suas localidades)¹⁷ e não poderiam ocupar certos cargos administrativos, destinados exclusivamente a *criollos* e espanhóis.

A mudança estabelecida por Belgrano somada à criação de um corpo de milícias¹⁸ (intitulada “milícia patriótica das Missões”) viabilizou a possibilidade de alguns guaranis missioneiros fazerem carreira militar, pois agora poderiam exercer a função de comandantes dessas milícias, algo que anteriormente era impossível. Na interpretação de Guillermo Wilde, essa reorganização teve como consequência uma maior distinção entre as autoridades indígenas dos povoados, representadas pelos *cabildantes*, e os caciques individuais, que atuavam nas milícias organizadas por Buenos Aires. Dessa forma, algumas figuras guaranis que defenderam direitos locais passaram a ganhar maior visibilidade (WILDE, 2009, p. 323). No entanto, é necessário notar que essa mudança também estava relacionada com a exigência que um contexto de guerra impunha, em que as autoridades *criollas* buscaram angariar o apoio dessas lideranças e de seu séquito de guerreiros.

¹⁷ Nesse sentido, é necessário lembrar que nas décadas finais do século XVIII, no contexto das reformas borbônicas, os guaranis passaram por um processo de mudanças que tinham como base a assimilação destes à sociedade colonial e a sua “civilização” dentro de padrões culturais espanhóis. Essas medidas buscavam a extinção da relativa autonomia com a qual contavam as Missões no período jesuítico, impondo um maior controle geopolítico e econômico da Coroa espanhola, ao mesmo tempo, que implementava uma nova dinâmica territorial e mercantil, com o decreto de livre comércio (QUARLERI, 2012).

¹⁸ A prestação de serviços militares à Coroa espanhola por parte dos guaranis missioneiros passou a ser constante a partir da vitória obtida por estes sobre os avanços dos bandeirantes, na batalha de *M'borore*, em 1641. Desde então, em diversas oportunidades durante os séculos XVII e XVIII, esses indígenas cumpriram um importante papel militar tanto na defesa de investidas portuguesas às reduções jesuíticas quanto no rechaço de ataques de índios “infiéis” a diversas localidades do vice-reinado do Rio da Prata (NEUMANN, 1996). Segundo Bárbara Garciadiego, durante esse período consolidou-se um sólido sistema de milícias guaranis, no entanto, a partir da Guerra Guaranítica (1754-1756), as autoridades espanholas decidiram apelar o menos possível aos auxílios militares dos guaranis (CALETTI GARCADIIEGO, 2015).

Ao descrever o sistema político vigente no modelo jesuítico-guarani, antes da expulsão dos religiosos desses territórios, Wilde distingue entre dois tipos de autoridade: o primeiro é a autoridade tradicional nativa, em que a figura central é o cacique; e o segundo é a autoridade imposta pelos jesuítas e constituída pelo corregedor e o *cabildo* indígena (WILDE, 2001). A liderança exercida pelos caciques “era más dinámica y apelaba a la oratoria, el parentesco y la destreza guerrera, atributos tradicionales de los jefes étnicos para ser reconocidos como tales” (WILDE, 2001, p. 76); enquanto a autoridade do *cabildo*, em função de seu caráter eletivo, era mais estática, hierarquizada e centralizada. Ainda que ambas tenham sido essenciais para a coesão política do espaço missioneiro, a imposição de cargos pelos agentes coloniais diminuiu o poder dos caciques. No entanto, após a expulsão dos jesuítas e a rápida desestruturação dos povoados missioneiros, em fins do século XVIII, os cacicados permaneceram e passaram a assumir maior relevância na administração e manutenção da coesão do espaço. Nesse sentido, entendo que a reorganização das milícias guaranis em uma conjuntura distinta, na qual os próprios indígenas poderiam ocupar a posição de comandantes das mesmas, ressignifica a autoridade exercida pelo cacique, conferindo a ela um papel de maior destaque na construção da nova organização política. A destreza guerreira apresentada por essas figuras – e reconhecida como atributo legítimo de exercício da liderança entre os indígenas – certamente era valorizada também pelos agentes da sociedade colonial que visavam angariar o seu apoio durante essa conjuntura de crise. Não é à toa que as lideranças indígenas que figuram como importantes sujeitos políticos nos processos analisados aqui caracterizam-se por sua capacidade de arregimentar braços para a guerra, e, normalmente, ocupavam cargos militares, comandando milícias compostas por guaranis.

Assim, em 1813, quando o movimento artiguista começava a repercutir de maneira mais forte no Litoral do Rio da Prata¹⁹, pode-se encontrar o guarani Domingo Manduré ocupando o cargo de Capitão Comandante de Salto. Esse indígena foi um dos responsáveis pela “rebelião de índios” ocorrida durante esse ano e que estava diretamente ligada ao movimento liderado por José Artigas. Francisco das Chagas Santos, à época Comandante da fronteira das Missões sob jurisdição portuguesa, ao informar o governador do Rio Grande de São Pedro, Diego de Souza, sobre estes acontecimentos afirma que:

O Indio Manduré Capitão Comandante do Salto, e de um corpo de Indios ali destacados, sabendo que o Coronel Galvão havia mandado pedir auxilio de 200 cavalos aos vizinhos da sobredita Vila, mandou também pedir o mesmo número de cavalos aos ditos vizinhos, que

¹⁹ A zona na qual se encontravam diversos povoados às margens do rio Uruguai (desde a Banda Oriental até o território luso-brasileiro) é denominada na historiografia argentina e uruguaia como “Litoral”. Nesse espaço a presença de povoados de guaranis missioneiros era grande.

lhes franquearão, negando-os ao referido Coronel. (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 301)²⁰

Domingo Manduré, utilizando-se de sua influência como líder local, conseguiu evitar que o Coronel Don Elias Galván – comandante militar de Corrientes, nomeado pelo governo das Províncias Unidas do Rio da Prata – acessasse o auxílio de cavalos e homens para combater um levante nessa região, no qual também constavam indígenas²¹. A autoridade da liderança guarani se impõe a de Elias Galván, que, “mandando-lhes perguntar se não o reconheciam por seu Chefe, responderam: que só reconheciam ao General Artigas” (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 301). Mais além, Chagas Santos ainda afirma:

Esta rebelião dizem que chega até os Povos de Japejú e da Cruz; cujos habitantes Guaranis, ou Indios se correspondem com o citado Manduré, que recebe ordens de Artigas, o que há motivado tal receio e susto ao Tenente Governador Planes, de Japejú, que tem estado a ponto de fugir ou de se transportar ao Povo de Santo Thomé. (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 301-302)

É curioso observar que alguns dias antes da escrita desta carta, o referido Tenente Governador Bernardo Pérez Planes afirma em correspondência com Buenos Aires que estava ciente das ligações do Comandante Manduré com Artigas, tendo inclusive interceptado uma comunicação entres os dois:

Con fecha 4 de este mismo [mês de março] han llegado a heste Pueblo dos propios mandados por Domingo Mandure que se titula Comandante General del Salto Chico, el mismo individuo de quien hablan las adjuntas copias y le incluye al comandante de este Pueblo copia de la carta ordenada de Don Josef Artigas. (PÉREZ PLANES [1813], 1974, p. 294)

Ainda que tenha tomado conhecimento deste fato, Pérez Planes afirma que não planeja atacar a liderança indígena e seus comandados (sendo essa atitude tomada em último caso). Antes disso, o Tenente Governador das Missões optou por tentar atrair Manduré:

Sin embargo que este Comandante [Manduré] és el principal base en quien tiene fundadas las esperanzas Don Josef Artigas para conseguir lo que V. E. ven en estos oficios, he tomado la precaución de atraer a mi dicho Comandante de forma que las contestaciones son dirigidas por mí a fin de contener los grandes daños que resultaría de la inquietud de estos diez pueblos a mi mando. (PÉREZ PLANES [1813], 1974, p. 295)

Dessa forma, Planes reconhece, primeiramente, a autoridade de Domingo Manduré e, em segundo lugar, a necessidade de contar com suas habilidades de aglutinação de indígenas para a conjuntura de guerra. No entanto, Planes não teve sucesso em sua tentativa de convencer esse

²⁰ Optou-se por manter a grafia presente na transcrição dos documentos que constam no *Archivo Artigas*.

²¹ Como afirma Juan Pivel Devoto, essa sublevação contra Elias Galván foi promovida por *correntinos* e indígenas e recebeu o apoio de Domingo Manduré, antes mesmo deste ato de insubordinação descrito por Chagas Santos (DEVOTO, 1976).

cacique a colaborar com a Junta de Buenos Aires, e Elias Galván designa a outro guarani, Pablo Areguatí, o dever de cessar os distúrbios feitos por Manduré e seus homens. Em 1810, Areguatí encontrava-se em Mandisoví com Manuel Belgrano, onde fora nomeado autoridade máxima por este e em 1813 consegue pacificar “los indios de Manduré”, como o haviam solicitado. O cumprimento dessa ordem não custou barato a Areguatí, que quando do levante de *correntinos* e indígenas contra Galván será perseguido por estes que queriam dar fim à sua vida, como conta em um ofício escrito em 1814:

En la insurrección de las tropas correntinas en dicha Villa [de Concepción del Uruguay], sublevanse los indios, y tratan de quitarme la vida; escape de aquel primer golpe, pero al fin fui preso, y habiendo quitado de Mandisoví al Comandante que obedecía a este S. G. hacen Comandante a las ordens del Coronel Artigas a un cabo de esquadra de mi compañía, y me ponen por burla de su asistente. (AREGUATI [1814], 1981, p. 127)

Provavelmente é a este oficial que se refere Chagas Santos ao mencionar que os indígenas, depois de se sublevarem em Concepción del Uruguay, marcharam a Mandisoví e saquearam este povoado “não havendo encontrado ali um oficial miliciano por nome Paulo Araguati, para o matarem” (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 301). Ainda que tenha passado por esse cenário adverso, Areguatí tem seus serviços prestados reconhecidos pelo Governo Supremo de Buenos Aires²².

Figuras como a destes indígenas são referenciadas frequentemente nas fontes, como é o caso de outro guarani chamado Santiago Samandú que aparece ao lado de Manduré durante as citadas rebeliões no Litoral *rioplatense* no ano de 1813, recebendo também ordens de Artigas. Francisco Chagas Santos se referiu a Samandú como “Tenente Coronel” e o responsabilizou por uma rebelião de “naturais” no povoado de Yapeyú, em junho do mesmo ano (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 340). No entanto, Samandú resolveu manter-se ao lado do governo de Buenos Aires, pois em outra correspondência redigida pelo mesmo oficial português, ele aparece batendo em retirada, juntamente com Pérez Planes, do povoado de Madisoví, ao saber que Artigas havia enviado Manduré juntamente com uma partida de indígenas para sitiarem a referida localidade e prenderem o Tenente Governador Planes (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 345).

É preciso pontuar, em primeiro lugar, que o contexto de instabilidade era propício para o surgimento de lideranças que não contavam com o consentimento de governos estabelecidos (sejam aqueles ligados à defesa da manutenção do domínio colonial, sejam aqueles ligados a projetos de emancipação). As atribuições de títulos que reconheciam o poderio de mando militar desses

²² Gervásio Posadas lhe concede a comandância das milícias de Entre Ríos e de Santa Fé (ainda que esta última de maneira provisória), algo que o próprio Areguatí havia solicitado no já citado ofício que escreveu em 1814. Mais tarde, no ano de 1824, Guillermo Wilde encontra esse sujeito exercendo o cargo de comandante militar das Ilhas Malvinas (WILDE, 2009, p. 323).

indivíduos partiam de pessoas que não tinham vínculos oficiais com os mencionados governos de ordem colonial ou de ordem independentista. Essa circunstância é característica da conjuntura de crise, em que se observa a “extraordinária provisoriedade das formas e significados” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 135). Expressivo dessa situação é o comunicado que faz o mesmo Pérez Planes ao Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata: “Me és indispensable de comunicar a V. E. del Estado fatal de estas campañas que se ven en el día llenas de comandantes generales, jueces generales y capitanes hechos no sé por quien” (PÉREZ PLANES [1813], 1974, p. 296). A confusão é típica desse período de transição, no qual o modelo político moderno não havia se consolidado e permaneciam ainda vigentes os princípios de lealdades corporativas e sujeitos coletivos particulares do Antigo Regime.

Em segundo lugar, não se deve reduzir a capacidade desses caciques de arregimentar indígenas somente ao aspecto da destreza guerreira. Além de necessitarem de uma capacidade oratória de destaque, em geral, esses personagens eram alfabetizados na língua castelhana (como é o caso de Manduré, que se correspondia neste idioma com Artigas) e alguns deles já haviam até feito carreira em cargos de *cabildo* antes de 1810, dominando códigos culturais e simbólicos da sociedade colonial e, assim, dispondo desse “trânsito” entre os distintos ambientes. Além disso, os guaranis missioneiros já haviam incorporado, ao longo de sua experiência nas reduções, os mecanismos de legitimidade provenientes dos cargos administrativos do *cabildo*, podendo esses da mesma forma influenciarem na constituição de sua autoridade em meio à guerra.

Dessa forma, a posição de líder também passa por sua capacidade de negociação com as autoridades *hispānocríollas*, dependendo o seu êxito das melhores condições que pode conseguir para o grupo que lidera. Por último, é preciso enfatizar que os caciques assentavam seu poder também em diversas redes de reciprocidade que se estendiam para além do seu povoado de origem e nas quais reproduziam funções sociopolíticas de caráter parental (WILDE, 2009). Essas redes²³ podiam gerar vínculos inclusive com indígenas “infieis”²⁴ que circulavam em torno do espaço missionário²⁵.

²³ Para uma análise mais aprofundada da importância dessas redes através da reconstituição da trajetória da liderança indígena de Domingo Manduré, ver capítulo 3 de Praia (2017).

²⁴ Como informa Elisa Garcia, o termo infiel possuía dois significados: podia servir para se referir àquele que não honrava sua palavra e, num sentido religioso, para designar aquele que não aderira à religião cristã mesmo sabendo da existência dessa. No entanto, a autora pontua que numa sociedade de Antigo Regime essas duas noções estavam intrinsecamente ligadas, pois não seria possível confiar em alguém que não era cristão (GARCIA, 2009, p. 231).

²⁵ César Castro Pereira demonstra que não foram somente interações belicosas que ocorreram entre os guaranis missionários e os indígenas charruas e guenoa-minuanos. As interações pacíficas também tiveram um importante peso na formulação e reformulação das formas em que os índios se percebiam e enxergavam sua relação com o outro. Ver Pereira (2012).

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DOS POVOADOS POR PARTE DOS PORTUGUESES

Atentos para o desenrolar dos acontecimentos na Banda Oriental e no restante da região do Rio da Prata, os portugueses responsáveis pela defesa e supervisão da fronteira da América meridional trocavam informações a cada movimentação, como expressado pelas cartas de Chagas Santos a Diego de Souza citadas acima. Em janeiro de 1811, o Conde de Linhares escreve do Rio de Janeiro fazendo uma série de recomendações a Diego de Souza e afirma o receio que o Príncipe Regente tinha com o “sistema revolucionário de Buenos Aires” (LINHARES [1811], 1963, p. 113). Nessas recomendações sugere que tome todas as medidas necessárias para

impedir que a Junta tome ascendente e predomínio nos territórios aquém do Uruguai compreendido Montevideú, e no Paraguay desde Santa Fé, até Corrientes, Candelaria e Assunção, países quase limítrofes do País de Missões e de Mato Grosso. (LINHARES [1811], 1963, p. 113)

Em julho do mesmo ano, mais uma vez pede atenção especial ao território missioneiro, no qual se deve sempre segurar posições defensivas (LINHARES [1811], 1963 p. 250).

Segundo Márcia Miranda, em meio à necessária reorganização militar, a fronteira das Missões recebeu uma formação distinta das outras zonas da região sul; a razão estava na sua singularidade: “por ser zona de conquista recente a qual só pode ser concretizada com convivência dos indígenas e que continuava a ser pleiteada pelas autoridades espanholas” (MIRANDA, 2009, p. 120). A intenção era criar no “País das Missões” uma colônia militar através do recrutamento de soldados capazes de fazer sua defesa. A notícia da eclosão do movimento independentista a partir de Buenos Aires em 1810 pôs as forças missioneiras em alerta: “os rumos no Vice-Reino do Prata eram incertos o que aumentava a preocupação em relação à possibilidade de propagação do movimento no território luso, notadamente a partir da região missioneira” (MIRANDA, 2009, p. 122). Essa singularidade é manifestada na documentação, e estava baseada no receio que tinham as autoridades lusitanas da posição que tomariam os indígenas nos conflitos.

Nos primeiros meses de 1812, Tomás da Costa Corrêa Rebelo e Silva alertou, em diversas oportunidades, a necessidade de contar com maior número de soldados não indígenas na região missioneira, pois aqueles estavam “suspirando pelo instante de sacudir o jugo português [...] e nesta classe de gente infiel e atraíçnada faz daquele Comandante [Artigas] a sua maior confiança” (COSTA REBELO E SILVA [1812], 1965, p. 371). Em uma carta específica que este oficial português remete ao governador Diego de Souza, é possível ter a dimensão da preocupação que causava a circulação dos ideais revolucionários no território missioneiro: “lembro a V Ex^a a demasiada confiança, que aquele Comandante [referindo-se a Francisco das Chagas Santos] tem nos guaranis, que certamente na primeira ocasião oportuna farão conosco o mesmo que fizeram com os espanhóis” (COSTA REBELO E SIVA [1812], 1965, p. 364-365).

A conjuntura que se impunha exigiu respostas por parte das autoridades portuguesas, que foram traduzidas em ações que também alteraram a situação dos guaranis. Com o aumento da instabilidade na campanha em 1811, se intensificou a busca por soldados utilizando-se o recurso da doação de terras e do oferecimento de soldos a portugueses que se encontravam em domínios espanhóis. Não por coincidência, no mesmo ano se organiza formalmente o *Regimento de Milícias Guaranis a Cavallo*, ou, simplesmente, *Regimento dos Guaranis*, a partir da proposta do comandante de fronteira Francisco das Chagas Santos (RIBEIRO, 2013). Já em 1821, Saint-Hilaire afirma que Portugal devia a esses combatentes grande parte dos sucessos que obteve militarmente no confronto com Artigas (SAINT-HILAIRE [1821], 2002).

Os soldados guaranis recebiam soldos e, além disso, tinham a possibilidade de fazer pilhagens, o que, provavelmente, funcionava também como atrativo para aqueles que se incorporavam. O importante a destacar é que a criação desse regimento de maneira oficial²⁶ incluiria, como demonstra Max Ribeiro, a incorporação de um número muito maior de guaranis às forças militares²⁷, recrutados, principalmente entre aqueles que possuíam a ocupação de agricultor – o que, juntamente com a utilização de parte da produção missioneira para a manutenção da guerra, afetou a economia dessa região (RIBEIRO, 2013). Apesar desse impacto na produção, que não deve ser ignorado, o recrutamento não trouxe somente malefícios aos missioneiros.

O recebimento de um soldo além da possibilidade de butim em meio ao conflito pode ter significado um acréscimo de bens materiais àqueles que se incorporaram ao regimento. Ainda que os indígenas não tenham sido colocados em pé de igualdade com outros setores da sociedade colonial portuguesa – como acontecera em 1810 a partir da publicação do *Reglamento* de Manuel Belgrano –, pode-se pensar a fundação desse regimento como uma renovação nos laços de aliança entre as autoridades lusas e os missioneiros num momento de instabilidade no qual aqueles necessitavam dos braços indígenas para a defesa do território, mas desconfiavam de sua lealdade, se fazendo necessária, dessa forma, uma retribuição em forma de benesses para garantir sua preferência pelo lado português no conflito.

Ainda que tenham tomado as precauções que consideraram necessárias para barrar o assédio dos movimentos revolucionários aos indígenas dos povoados sob sua jurisdição, os portugueses não conseguiram impedir a circulação de algumas mensagens provenientes dos líderes insurgentes. Nesse sentido, Tomás da Costa Corrêa Rebelo e Silva, afirma que tomou conhecimento das intenções dos guaranis de aderirem às tropas de José Artigas, em 1812, a partir de cartas que este

²⁶ Apesar de sua organização formal se dar em 1811, Elisa Garcia demonstrou que as milícias de índios missioneiros existiam antes mesmo da conquista do território por parte dos portugueses em 1801 (GARCIA, 2009).

²⁷ Segundo Max Ribeiro, o efetivo de indígenas missioneiros antes da criação do regimento era de cerca de 200 homens. Numa relação de soldados do Regimento Guarani que deveriam receber soldos produzida em 1812, aparece o número de 470 homens (RIBEIRO, 2013). Já Márcia Miranda apresenta um dado de 520 milicianos compondo o mesmo regimento (MIRANDA, 2009, p. 124).

trocou com o “capitão de índios” João da Cruz (COSTA REBELO E SILVA [1812], 1965, p. 371). Por quais vias essas cartas entravam no território português? Para além dos meios oficiais de acesso à informação instituídos nessa região, havia um circuito de comunicação que escapava aos olhos das autoridades *criollas* e portuguesas. Essa situação chama atenção para o papel cumprido por aqueles indígenas “invisíveis”, que não ocupavam posições de lideranças, como os caciques ou *cabildantes*, mas que ainda assim dispunham de trânsito entre o “mundo branco” e o “mundo indígena”.

INDÍGENAS “INVISÍVEIS”: ESPIAS E MISSIONÁRIOS

Nesse espaço da região missioneira imperava a condição de fronteira, marcada por uma riqueza de conexões tanto culturais como políticas e na qual a circularidade de informações, ainda mais num momento de guerra, em que as comunicações podiam ser interceptadas pelo inimigo, dependia também da ação desses indígenas “invisíveis”. Sua semelhança física com a maioria dos habitantes da região de traços guaranis e também o fato de muitos desses indivíduos possuírem famílias em diversos povoados missioneiros, dificultava a sua identificação por parte dos administradores e autoridades militares. Essas características acabaram por relegar a estes uma importante função como “conectores” dessas realidades distintas que se chocavam nessa região fronteira. Essa função não se limitava somente a “buscar” e “entregar” textos escritos, pois alguns indícios apontam que cumpriam a atribuição também de “intérpretes” responsáveis por “explicar” as motivações presentes nas argumentações das lideranças.

Infelizmente, são raras as fontes que permitem “ouvir a voz” desses sujeitos. Tampouco, conta-se com uma série de documentos que possibilitem reconstruir a trajetória de alguns deles, por não serem citados nominalmente. Ainda assim, proponho algumas considerações quanto à sua atuação e, entendendo-os como facilitadores do diálogo entre os ideais de modernidade política presentes nos discursos de autoridades *criollas* (mas também indígenas, como será possível observar) ligadas aos projetos políticos de emancipação e as comunidades missioneiras, é possível dar um significado mais amplo para suas ações. No contexto de conflitos em que se encontrava a região do Prata, a função exercida pelos indígenas não era somente a de guerrear. Na documentação consultada, aparecem duas atribuições nas quais esses sujeitos também eram empregados: a de emissários e a de espias.

Em dezembro de 1811, um capitão de milícia chegado a Maldonado transmitiu informações sobre as condições das tropas de José Artigas, após consultar um espanhol que havia desertado das mesmas. Em determinado momento, o capitão informa que Artigas havia enviado “bomberos o espias, con el fin de averiguar el numero de tropa allí [em território missioneiro] existente, y convidar a los indios a seguir su Partido, cuya respuesta no le sera desagradable” (CHARAO [1811], 1965, p. 188). Ainda que não se especifique a etnia dos indivíduos que Artigas enviou como espias,

não é absurdo deduzir que eram indígenas, em função de dominarem o idioma guarani, algo essencial para a comunicação com aqueles que pretendiam convencer a se aliarem à sua causa. Guillermo Wilde explicita a utilização de guaranis como espias tanto pelo chefe portenho quanto pelo comandante de fronteira Francisco das Chagas Santos: “para estas actividades se recurría con mayor frecuencia a guaraníes de los pueblos misioneros aprovechando que tenían parientes del otro lado del río [Uruguai] y que eran más difícilmente identificables que los portugueses o españoles” (WILDE, 2009, p. 332).

Assim, em diversos momentos, a passagem desses indivíduos de um lado para o outro era aceita de bom grado e explorada ao máximo pelas autoridades envolvidas nos conflitos. Dessa forma, é possível encontrar oficiais militares mencionando informações sobre o inimigo que foram trazidas por indígenas. É o caso de uma carta escrita por Manuel Pinto Carneiro de la Fontoura a José Artigas, em 1811, em que afirma que, após uma batalha com uma partida de portugueses, fica sabendo que esses saíram com maior número de mortos e feridos, através da informação passada por “un indio venido de su acampamento” (FONTOURA [1811], 1965, p. 192).

A circularidade que marcava essa região de fronteira fica ainda mais evidente quando, na zona de presença portuguesa, Chagas Santos recebe, no dia primeiro de março de 1813, um indígena, dois paraguaios e uma mulher com três filhos de menor idade desertados da costa do rio Paraná e os emprega como “lombilheiros”²⁸ no povo de São Luiz. Nesta mesma carta, antes de relatar a chegada desses indivíduos, Chagas Santos registra que nos dias vinte e três e vinte e quatro de fevereiro, dois soldados, Faustino Joze e Manuel Domingues, haviam desertado do batalhão de infantaria e artilharia, dirigindo-se para o outro lado do rio Uruguai (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 300).

Quando aparecem nas fontes, sendo empregados como emissários, responsáveis por transmitir ofícios e mensagens, o papel de “intérpretes” ocupado por esses indígenas fica mais claro. Muitas vezes esses emissários tinham a responsabilidade de convencer, através do diálogo, os indígenas que estavam sendo interpelados pelos textos que levavam. Em uma sociedade com um baixo índice de alfabetização²⁹, a oratória constituía-se num meio eficaz de abordar esses indivíduos e atraí-los à sua causa³⁰. Nesses casos, os emissários poderiam ser sujeitos de atuação militar

²⁸ Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, “lombilhar” é o ato de “arrear e montar muitas vezes um cavalo, geralmente para o domar” (consulta feita em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em 28 ju. 2023).

²⁹ Como afirma Eduardo Neumann, a alfabetização foi um mecanismo fundamental no processo de evangelização dos indígenas ocorrido no espaço missioneiro e, inicialmente, era restringida a caciques e àqueles que os jesuítas julgavam aptos para obter a instrução. Dessa forma, “as potencialidades da cultura escrita estão mais acessíveis àqueles que integravam a ‘elite missioneira’, no caso corregedores, capitães, *mayordomos* (administradores) e secretários” (NEUMANN, 2015, p. 30). Ainda assim, Neumann recorda que o convívio com as práticas letradas – mesmo por parte daqueles que não eram alfabetizados – acaba por gerar efeitos sobre toda a coletividade, estabelecendo-se uma crença nos valores do escrito (NEUMANN, 2015).

³⁰ Isto não implica negar a existência da dimensão oral por detrás das representações escritas. Como explica Eduardo Neumann, as pesquisas que buscaram dissociar o componente oral do escrito, atribuindo características diferentes a

destacada entre os insurgentes e que detivessem uma boa capacidade retórica. Esse é o caso de Mariano Maira que é enviado por Domingo Manduré, em setembro de 1813, ao povoado de Yapeyú para tentar convencer o *alcalde* de primeiro voto e o restante do *cabildo* de seu pensamento: “se dirige a disposición de Vms. el Capitán Don Mariano Maira que dirá a Vms. todo por estenso, y verán si es cierto o no nuestro pensar” (MANDURÉ [1813], 1974, p. 391-392). Da mesma forma, quando Andresito Artigas escreve sua *Proclama* aos sete povoados missioneiros que estavam sob domínio português, em 1816, designa também um capitão de seu exército para interpelar verbalmente os missioneiros:

He tomado mis medidas para el mismo fin, de las cuales una es la de dar comision al Capitan Ciudadano Miguel Antonio Curaete, para que como representante mio corra los mencionados Pueblos haciendo os entender mis ideas. (GUACURARÍ Y ARTIGAS [1816], 1997, p. 45)

Em meio às atitudes repressivas tomadas para sufocar as já mencionadas sublevações de guaranis ocorridas durante o ano de 1813 em povoados sediados ao longo do Rio Uruguai, Bernardo Pérez Planes toma uma atitude que, na realidade, não o favorece, mas é significativa das colocações feitas até agora:

O Tenente Governador D. Bernardo Peres Planes tendo ajuntado em Japeju mais de 400 índios da Jurisdição de Buenos Ayres, marchou com eles nos princípios do mês passado para Mandisoví, contra o dito Manduré, e antes de partir o mesmo Planes, fez enforcar dous índios conductores de cartas d’Artigas, para os Índios de Japejú, onde poucos dias depois houve um levantamento, do qual somente resultou a deserção de alguns índios, que se foram incorporar com o referido Manduré. (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 341)

Mais adiante, no mesmo documento, Chagas Santos afirma que “tem sido apanhadas varias cartas d’ Artigas para os índios de Japejú, S. Gregorio e Mandisoví, recomendando-lhes que não obedeçam às ordens do governo de Buenos Aires” (CHAGAS SANTOS [1813], 1974, p. 341). Aqui se faz necessário a abertura de um parêntese para analisar de forma mais atenta as consequências da morte desses indivíduos, a mando de Tenente Governador das Missões. A atitude tomada por Pérez Planes não desagradou somente aos indígenas que habitavam a região. O Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata solicita, em maio de 1813, o envio da causa referente ao fuzilamento³¹ de dois naturais ocorrido no povoado de Yapeyú a seu mando, “como és regular hacerlo siempre para el conocimiento y aprobación del mismo Gobierno” (GOBIERNO DE BUENOS

cada uma dessas formas de expressão comunicativas, têm sido infrutíferas. Assim, ao estudar o impacto da alfabetização entre os guaranis reduzidos, deve-se ter em conta que “a escrita, introduzida através dos missionários, começa gradativamente a permitir a construção de formas de expressão e de mensagens outrora inexistentes no mundo oral dos guaranis” (NEUMANN, 2015, p. 60).

³¹ Aqui se manifesta uma discrepância da informação fornecida por Chagas Santos no documento anterior e esse expedido pelo Governo de Buenos Aires, pois o oficial português afirma que os ditos indígenas teriam sido enforcados ao invés de fuzilados.

AIRES [1813], 1974, p. 348). Já era a segunda vez que as autoridades de Buenos Aires faziam essa solicitação a Planes. Aparentemente, não houve resposta ao primeiro pedido. No entanto, o Tenente Governador das Missões alega que já havia enviado a causa, mas que, provavelmente, esta havia sido interceptada pelos insurgentes. O interessante é destacar a preocupação de Buenos Aires em esclarecer porque Bernardo Pérez Planes tomou uma atitude considerada excessiva, que causou ainda mais problemas, aumentando a deserção de indígenas para as partidas de Manduré e o sentimento de descontentamento dessas populações. Expressiva dessa preocupação é a justificativa dada por Planes às autoridades portenhas:

Me parece que todo sacrificio es pequeño cuando se trata de conservar el orden [...]. Cuando yo mandé fusilar a los individuos [...] ya no hallaba otro medio de apagar el fuego de la insurrección, y anarquía en que querían envolver esta Provincia, los habitantes de aquí que conocieron los fatales resultados, que iban a suceder continuamente vociferan que he sido el libertador de este territorio [...]. En uno de los capítulos del oficio de V. E. me dice que solo en un urgente caso, propenda a castigar con igual pena lo que en este se trata, quedo en el cumplimiento de la superior disposición de V. E., quedando V. E. entendido, que a no haber sido así esta tan necesaria, no la hubiese ejecutado. (PÉREZ PLANES [1813], 1974, p. 353-354)

Fica claro nesses excertos que o governo de Buenos Aires se preocupava em manter uma boa relação com as comunidades indígenas e viu na atitude de Planes uma discrepância com o que propunha o vigésimo nono artigo do *Reglamento* de Belgrano, relativo ao território missioneiro:

29.º: No les será permitido imponer ningún castigo a los Naturales, como me consta lo han ejecutado con la mayor iniquidad, pues si tuvieren de que quejarse ocurrirán a los jueces para que les administre justicia, so la pena que si continuaren en tan abominable conducta y levanten el palo para cualquier natural serán privados de todos sus bienes, que se han de aplicar en la forma arriba descrita, y si usaren el azote serán penados hasta el último suplicio. (BELGRANO [1810], 2019, p. 327)

Embora o *Reglamento* de Belgrano tenha sido implementado alguns anos antes, e a sublevação dos povoados tenha imposto a necessidade de medidas mais radicais (na visão de Bernardo Pérez Planes) esse documento era tomado ainda como referência para o tratamento do novo governo em relação a essas comunidades. Notadamente, essa contradição entre o discurso e a prática foi percebido tanto pelos guaranis quanto pelas autoridades de Buenos Aires. Práticas como a de Planes estavam presentes na experiência histórica desses indígenas em um período anterior³² e, provavelmente, pesaram em sua decisão de tomar um partido quando José Artigas oferece a oportunidade de aderirem a um outro tipo de projeto político.

Voltando novamente o olhar aos indígenas “invisíveis” e sua atuação durante os conflitos, fica evidente nos trechos citados acima, o papel ativo de mediador político cumprido por esses

³² A partir da expulsão dos jesuítas em 1768, ocorreu a imposição de um sistema de administração secular, com a nomeação de funcionário espanhol para governar o território missioneiro. Em meio à execução dessa medida, foram reiteradas certas formas de supervisão e controle, como a prática de punição exemplar através do castigo àqueles que descumprissem com seus deveres laborais e cometessem crimes, como é inclusive reforçado pelo governador de Buenos Aires, Bucareli nas instruções aos governadores interinos das Missões no ano de 1768 (QUARLERI, 2012).

sujeitos. Gozando de uma maior fluidez nesse ambiente, em função da dificuldade de serem identificados em meio a outros indígenas, eles atuaram como vias de conexão entre dois “mundos” distintos. O que busco enfatizar é que além de procurar cooptar lideranças indígenas para a guerra, que – como demonstrado – era de suma importância para o sucesso de suas empresas, as autoridades deviam dispor de formas de inserção nessas comunidades que escapassem aos olhos daqueles a quem competia a vigilância do território. Ainda que não seja possível acessar o conteúdo das interpelações feitas por esses mediadores políticos, certamente elas levavam em conta “todo um lastro ascendente de experiências, conhecimentos, concepções sensoriais e conceituais compartilhado por um coletivo” (SANTOS; FELIPPE, 2017, p. 127). Isso se torna evidente ao perceber que nos discursos de Andrés Guacurará Artigas e Domingo Manduré, duas lideranças guaranis ligadas ao movimento artiguista e que – como visto – lançavam mão da ajuda de emissários para expor seus pontos de vista, há a menção de conceitos como “liberdade” e “autogoverno”. Tais noções, presentes no pensamento político ilustrado que influenciou os movimentos de independência, eram associadas a experiências de opressão vividas pelos missioneiros em anos anteriores e que ainda se perpetuavam naquele momento, especialmente relacionadas à exploração de sua mão de obra, à aplicação de castigos corporais e à expropriação de seus bens³³.

Assim, defendo que seja possível enxergar nessas figuras de espias e emissários sujeitos que, dominando códigos de distintas lógicas, podiam servir de conectores, facilitando a comunicação de informações e ideias entre duas realidades diferentes e que, sem essa atuação, o resultado obtido poderia ser outro, já que somente a produção de textos direcionados aos indígenas não pareciam ser o suficiente para a interpelação dessas comunidades. Trata-se, então, de enfatizar que esses indígenas “invisíveis” procuraram se apropriar

de elementos externos [...] por meio de um sistema *outro* de relações, cujos conceitos de reciprocidade, de liderança, de coletividade, de aliança e de pertencimento operavam sob lógicas específicas das experiências sensoriais e concretas de suas origens indígenas. (SANTOS; FELIPPE, 2017, p. 131)

Certamente isso tornou mais palpável para as comunidades missioneiras, os conceitos de “liberdade” e “autodeterminação” preconizados pelos movimentos independentistas. Tendo isso em mente, é possível que anos mais tarde, quando em 1816, Andresito Artigas investe sobre as missões que estavam sob domínio português e proclama aos guaranis missioneiros:

que cada Pueblo se gobierne por si, sin que ningun otro español, Portugues o qualquiera de otra Provincia se atreva a gobernar, pues habran ya experimentado los Pueblos los grandes atrasos, miserias, y males en los gobiernos del Español, y Portugues. (GUACURARÍ Y ARTIGAS [1816], 1997, p. 44).

³³ Para uma análise aprofundada desses discursos e de suas concepções a respeito das ideias políticas que circulavam nessa conjuntura ver o capítulo 2 de Praia (2017).

Os habitantes dessa região já haviam entrado em contato com algumas noções expostas neste discurso e, somadas às suas experiências históricas (como, por exemplo, a execução de indígenas responsáveis pela condução de cartas de Artigas a essas comunidades), podem ter processado de forma menos abstrata o discurso do líder artiguista guarani.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve texto, demonstrei as primeiras interpelações feitas pelas autoridades revolucionárias da Junta de Buenos Aires aos povoados de guaranis missioneiros, bem como a resposta que esse movimento exigiu das autoridades portuguesas, que procuraram impedir a influência dos ideais da modernidade política, ameaçadores ao caráter absolutista das monarquias ibéricas, que dominavam a região até esse período. Desde fins do século XVIII, ainda que de forma tímida, já vinham sendo implementadas alterações na condição legal desses indivíduos. No entanto, especialmente após a publicação do *Reglamento* proposto por Manuel Belgrano foi possível observar os primeiros impactos da execução de uma concepção de política moderna num território ainda fortemente marcado por relações sociais de caráter corporativo, típicos do Antigo Regime e com a singularidade da presença indígena, que implica a consideração de outros aspectos, como a existência de autoridades cacicais.

É, particularmente, em relação aos caciques que irão acontecer as alterações de maior relevância, pois a partir da consideração dos indígenas como iguais a espanhóis e a *criollos*, essas lideranças passam a ocupar cargos militares de relevância e assumirão um papel político ativo e indispensável no decorrer dos conflitos aqui analisados. Essas mudanças exigiram respostas por parte dos portugueses que ocupavam a porção oriental das antigas reduções guarani missioneiras. A fim de poderem contar com o apoio dos indígenas nessa conjuntura, as autoridades lusas também irão realizar modificações na estrutura política desse território, objetivando a reorganização militar e a garantia de defesa do território frente a ameaças revolucionárias.

Por fim, fica claro também como esses “primeiros contatos” da população guarani com concepções modernas de política teria sido impossível sem a mediação de figuras indígenas, que não aparecem referenciadas nominalmente nas fontes e atuavam de forma mais “discreta” que as lideranças dos caciques. Esses sujeitos “invisíveis” para além de sua função de soldados, eram empregados como espias ou emissários e tiveram um papel importante como facilitadores do diálogo entre as comunidades indígenas e os interlocutores da “modernidade”, nesse contexto de transição e de reorganização pelo qual passava a região do Prata.

REFERÊNCIAS

Fontes

AREGUATI, Pablo. Carta al Gobierno Supremo. Buenos Aires, 13-16 de junho de 1814. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XIX, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1981, p. 127.

BELGRANO, Manuel [1810]. Reglamento para Régimen Político y Administrativo de los Pueblos de Misiones. DIB, Matías. *Ideário de Belgrano*. Colección Idearios Argentinos, v. 4, Buenos Aires: Fundaciones Grupo Petersen-Academia Nacional de Educación, 2019, p. 325-327.

CHAGAS SANTOS, Francisco das. Carta a Diego de Souza. Quartel de São Borja, 30 de março de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1974, p. 300-302.

_____. Carta a Diego de Souza. Quartel de São Borja, 24 de junho de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1974, p. 340-341.

_____. Carta a Diego de Souza. Quartel de São Borja, 10 de julho de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1974, p. 345.

CHARAO, D. Antonio Adolfo. Transmite los datos suministrados por un español desertor del ejército del Teniente Coronel D. José Artigas. Quartel General de Maldonado, 19 de dezembro de 1811. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo VI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1965, p. 188.

COSTA REBELO E SILVA, Tomas da. Carta a Diego de Souza, Acampamento de Concepción, 28 de janeiro de 1812. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo VI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1965, p. 364-365.

_____. Carta a Diego de Souza. São Diego, 31 de janeiro de 1812. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo VI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1965, p. 371.

FONTOURA, Manuel Pinto Carneiro de la. Carta a D. José Artigas, Vila de Belém, 22 de dezembro de 1811. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo VI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1965, p. 192.

GOBIERNO DE BUENOS AIRES, El. Carta a Bernardo Pérez Planes. Buenos Aires, 21 de Julho – Uruguay, 6 de agosto de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1974, p. 348.

GUACURARÍ Y ARTIGAS, Andrés. Proclama de Andrés Guacurarí y Artigas, Capitán de Blandengues y Comandante General de Misiones, a los naturales de esa provincia instándolos a unirse al comisionado Miguel Antonio Curaete para rescatar lo usurpado por los portugueses en 1801 y liberar a los siete pueblos por ellos dominados, como fueron rescatados los que estaban en manos del Paraguay y de Buenos Aires., 1816. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XXIX, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1997, p. 44-45.

LINHARES, Conde de. Carta a Diego de Souza. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1811. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo V, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas 1963, p. 113.

_____. Carta a D. Diego de Souza. Palácio do Rio de Janeiro, 29 de julho de 1811. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo V, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1963, p. 250.

MANDURÉ, Domingo. Carta a Joaquín José Mendán. Acampamento de Arapey, 8 de setembro de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1974, p. 391-392.

PÉREZ PLANES, Bernardo. Carta al Gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata. Cuartel do povo de Yapeyú, 5 de março de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas 1974, p. 294-296.

_____. Carta al Poder Ejecutivo de las Provincias Unidas del Río de la Plata. Concepción del Uruguay, 10 de agosto de 1813. *ARCHIVO ARTIGAS*, Tomo XI, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1974, p. 353-354.

SAINT-HILARE, Auguste de [1820-1821]. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília, Senado Federal, 2002.

Bibliografia

BARRAL, Maria Elena. Guaraníes misioneros reexaminados. Acerca del discutido papel de los curas y la religión en la conflictividad política latino-americana (fines del siglo XVIII y principios del XIX). FRADKIN, Raúl (coord.). *La acción colectiva popular en los siglos XVIII y XIX: modalidades, experiencias y tradiciones*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos – Debáts, 2010. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/58055>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

BICALHO, Maria Fernanda. Dos “Estados nacionais” ao “sentido da colonização”: história moderna e historiografia do Brasil colonial. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 67-87.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizajes y etnogénesis en las Americas. MANDRINI, Raul J. y PAZ, Carlos D. (comp.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003, p. 63-93.

BRACCO, Diego. *Charruas, guenoas y guaraníes. Interacción y destrucción: indígenas en el Río de la Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

CALETTI GARCIADIEGO, Bárbara. Milicias y Guaraníes en Yapeyú. La defensa de la ‘Frontera del Uruguay’ en los albores del siglo XIX. *Revista Prohistoria*, v. 18, n. 23, jun. 2015, p. 47-70. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042015000100003>. Acesso em: 17 jul. 2023.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; BREEN, Benjamim. Hybrid Atlantics: future directions for the History of the Atlantic World. *History Compass*, 2013, p. 597-609.

DEVOTO, Juan E. Pivel. Advertencia. *ARCHIVO ARTIGAS*. Tomo XIV, Montevideo: Comisión Nacional Archivo Artigas, 1976

GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

- HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamento para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta – A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.
- MAEDER, Ernesto J. A. *Misiones del Paraguay: conflictos y disolucion de la sociedade guarani, 1768-1850*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992
- MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas. História e resistência dos índios. NEVES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras/Minc, 1999, p. 237-250.
- _____. *Tupi, Tapuias e historiadores. Estudo de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência em Antropologia na Unicamp Campinas, 2001.
- NEUMANN, Eduardo S. *O trabalho guarani missioneiro no Rio da Prata colonial, 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1996.
- _____. *Letra de Índios. Cultura escrita, comunicação e memórias indígenas nas Reduções do Paraguai*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- PEREIRA, Cesar Castro. “Y hoy están en paz”: relações sócio-políticas entre os índios infieis da Banda Oriental e guaranis missioneiros no século XVIII (1730-1801). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- PRAIA, Felipe S. “Para que cada pueblo se gobierne por si”: modernidade política e atores indígenas na região do Rio da Prata (1810-1821). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.
- QUARLERI, Lía. Políticas borbónicas en los “pueblos de indios guaraníes” estratificación, mestizaje e integración selectiva. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online]. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/64459>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- QUIJADA, Monica. La potestas populi: una revisión del pensamiento político hispánico y la Modernidad. In: BRAGONI, Beatriz e MATA, Sara E. (Comps.). *Entre la Colonia y la República: insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 29-49.
- RATTO, Silvia. Caciques, autoridades fronterizas y lenguaraces: intermediarios culturales e interlocutores validos en Buenos Aires (primera mitad del siglo XIX). *Mundo Agrario*, v. 5, n. 10, Universidad Nacional de La Plata, 2005.
- RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Apropriações possíveis de um protagonismo outro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 76, p. 115-136, dez. 2017.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs.) *O Brasil Imperial – Volume 1 (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-93.

WILDE, Guillermo. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas: dinámicas políticas y transacciones simbólicas. *Revista Complutense de História de América*, n. 27, 2001, p. 69-106. _____ . *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.